

Alceu Maynard Araújo

Discurso de Posse

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Discurso de posse do sociólogo, etnólogo e folclorista Alceu Maynard Araújo na cadeira número 30 da Academia Paulista de Letras, proferido em 11 de maio de 1965.

O patrono da cadeira é o padre e político Diogo Antônio Feijó (1784-1843), regente único do país entre 1835 e 1837, no período da Regência, entre o primeiro e o segundo impérios, que passou à história como *Regente Feijó*.

O primeiro a ocupar a cadeira regida por Feijó foi o historiador e político Eugênio Egas, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sucedido pelo escritor, promotor público e político Roberto Moreira.

Como estudioso dos problemas do Brasil, dos usos e costumes de seu povo, como intérprete da realidade nacional e autor de obra do mais alto significado para a cultura brasileira, Alceu Maynard Araújo estava à altura do patrono de sua cadeira na Academia Paulista de Letras.

Coube ao professor, constitucionalista e acadêmico Ataliba Nogueira recepcionar o novo membro da instituição.

“Sejam nossas primeiras palavras de reconhecido agradecimento a todos os presentes que nos honram nesta noite, vindo ao silogeu do Largo do Arouche. Pedimos-lhes respeitosamente licença para contar-lhes uma série de coincidências e fatos relacionados com nossa vida, as quais chamamos Eu e o Largo do Arouche.

“Somos piracicabano de nascimento e fomos criados em Botucatu, onde passamos a infância e juventude felizes. Quando cursávamos a Escola Normal Oficial, escrevemos os primeiros versos, que um dia foram juntados num opúsculo ao qual denominamos Chuvisco de Prata. Cerca de 14 anos vivemos naquela cidade serrana sem ter de novo visitado São Paulo. Eis que no dia 12 de julho de 1932, desembarcando na estação da Sorocabana, rumamos para o Quartel do Primeiro BCP, instalado no Grupo Escolar “Frontino Guimarães”, que existia no início da rua Sebastião Pereira com o Largo do Arouche.

Nessa época, conhecemos aqui perto, ali na rua Santa Isabel, a Casa do Soldado, da Associação Cristã de Moços (ACM), onde fomos muito bem tratados e impressionou-nos favoravelmente o ambiente reinante naquela instituição.

“Após a Revolução Constitucionalista, de novo em Botucatu, dissemos aos saudosos pais: Vou mudar para São Paulo, lá que é lugar de moço. Foi justamente na Associação Cristã de Moços que fomos parar, onde arranjamos o nosso primeiro emprego nesta Capital. Morávamos em uma pensão a dois passos do Largo do Arouche, Rua Vitória, 845. Diariamente, durante quatro anos, passávamos pelo Largo do Arouche. Depois a própria ACM mudou-se para o local onde fora o famoso Rink Guarani, bem aqui defronte.

“Para essa pensão onde morávamos trouxemos nossa bagagem literária, alguns exemplares do Chuvisco de Prata. Um dia tivemos a surpresa. Desapareceram. Freqüentador assíduo que fomos de sebos, encontramos em um da Praça da Sé os queridos exemplares de Chuvisco de Prata, que ali foram parar graças a um estudante de Direito que morava na pensão e vivia sempre sem dinheiro. Pobre estudante, deve ter apurado pouquíssimo, porque uma dezena que ainda lá encontramos pudemos reavê-la por apenas dez mil réis, em 1933.

“A vida aqui em São Paulo era bem diferente da que levávamos em Botucatu, onde havia tempo para tudo, para escrever versos e até fazer serenatas.

“Aqui trabalhávamos e estudávamos. Às vezes, à tardinha, íamos tomar a fresca no Largo do Arouche que, antes da reforma, era bem acolhedor, e então passeávamos relendo e tentando decorar

algumas daquelas poesias, outras vezes aproveitávamos para rabiscar novos poemetos que comporiam nosso segundo trabalho literário, Beijos do Crepúsculo.

“Neste local onde hoje se ergue a Academia Paulista de Letras, havia uma casa solarenga, com um grande jardim fronteiro cercado por altas grades de ferro. Muitas árvores, palmeiras, alguns pés de ipê e, lá pelos fundos, frondosa paineira, que em certa época floria e depois, ao abrir das painas, ficava toda carregada de branco. Pareciam milhares de lenços brancos a acenar o adeus, mal a brisa por ela passasse. Um dia derrubaram várias árvores deste Largo do Arouche, foi, parece-nos, em 1940, quando então escrevemos esta poesia:

SÚPLICA DA ÁRVORE

*Bem nesta campina
- oh se me lembro! –
neste remanso, há anos,
na primavera, em setembro,
tudo era lindo.
Aqui, uma solitária restinga
e árvores, flores e relva
no manto que cobria
a minha Piratininga.*

*Passaram-se anos e anos.
Da terra virgem, morena
- índia moça, de candura -
homem rasgou-lhe as entranhas;
brotaram arranha-céus.
Onde existiam fofos capins,
ipês de cabeleiras douradas,
palmeira esguia e sozinha,
altivas guaricangas, guabiobas,
pitangas encarnadas
biris floridos
vestindo de branco as várzeas,
bela e pura açucena,
encontram-se camadas estranhas:
o macadame – esteira dura –
de negras massas coloridas
cobrindo vielas e avenidas.*

*Ó paulista! Pela tua fé ingente
e perseverante labuta
tudo no Planalto foi mudado.
Da árvore por ti arrancada
sem dó nem piedade
embora tenhas plantado
a mais ciclópica cidade
do Amazônio Continente,
a súplica escuta:
- não quero que o progresso
seja meu eterno verdugo.*

*Se queres conforto para a família,
fazer de meu ser móvel;
sendo o amigo calado e terso,
sou as tábuas de teu berço;
aparece a locomotiva*

*para a fomalha ingresso
como ígneo alimento.
Sou o papel que da rotativa
saio levando as notícias;
sou a carta de carícias
que as lágrimas de saudade enxugo.
Para existir o comércio
e sorte tenho
de ser barca, leve lenho
que leva e traz as mercadorias
sobre as moles equórias;
se te enchafurdas na guerra medonha,
fazes-me de tuas armas a coronha,
se queres o calor nos dias de frio
sou o fogo da lareira;
sou também o esquife mortuário
que te acompanha solitário
na jornada derradeira.*

*Mas, ó homem perverso!
Deixa-me ser tua companheira,
deixa-me viver no teu arranha-céu
agarrada à parede úmida
vivendo da sorte ao léu
qual verde musgo,
que da poesia verde
da verde Natura
é o primeiro verso!*

“Passamos a morar num prédio de apartamento ali na rua Barão de Campinas, esquina com a General Osório, rua esta que antigamente vinha ter aqui no Largo do Arouche, por onde passávamos todos os dias.

Depois mudamo-nos para outro apartamento na Praça da República, esquina com a Vieira de Carvalho, rua que liga os dois logradouros públicos tradicionais da Paulicéia. Da janela de nosso apartamento vimos a transformação da rua Vieira de Carvalho. De lá, diariamente, deleitávamos-nos com o verde das árvores da antiga Praça dos Curros e divisávamos as copas das árvores altaneiras do meu querido Largo do Arouche. Entretanto, por ele, agora, só passávamos aos domingos, quando íamos à Igreja Presbiteriana Unida. Hebdomanariamente, renovávamos o namoro com as velhas árvores nossas conhecidas. Chegamos mesmo a escrever:

ÁRVORE ANTIGA

*A primeira jura
que ouvi foi tua.*

*Porventura
não te lembras?*

*Mas, aquela mangueira
de grossos ramos
guarda o amor
que não guardamos
as tredas frases
dessa paixão primeira.*

*Árvore antiga
- confidente amiga.*

“Em 1948, fomos morar longe do meu Largo do Arouche.

Por alguns anos, deixamos de passar por aqui. Deixamos as calçadas e ruas asfaltadas do meu Largo do Arouche e fomos bater pernas por esse mundo de meu Deus, pelas estradas poeirentas, pelos quatro ventos do nosso Brasil em busca do folclore.

Começáramos nossas andanças nos limites do Estado Bandeirante e logo depois elas se estenderam pelo nosso país. Fomos conhecer de perto a nossa gente, os seus costumes, experimentar o sabor de nossas comidas típicas, desde o churrasco ao pirarucu, da carne-de-sol nordestina à paçoca de carne de anta mato-grossense, bebendo café, tomando chimarrão, deliciando-nos com o açaí ou bebericando o refresco das mais deliciosas frutas que Deus colocou na terra – as do Nordeste brasileiro: cajá ou caju, mangaba ou maracujá, graviola ou sapoti, abacaxi ou tamarindo.

“Fomos, no dizer do nosso caipira, bater as sete partidas do mundo. Deixamos o meu querido Largo do Arouche para conhecer o folclore, essa coisa que atraiu literatos, músicos, poetas, enfim um mundo de diletantes, mas que precisava ser encarada como ciência. Para isso preparamo-nos alisando os bancos universitários, porque o folclore é a ciência que estuda a expressão do sentir, do pensar, do agir, do reagir do ser social, do homem na sociedade em que vive, ou melhor seja, de um grupo humano,

“Esta definição que acabamos de dar ao folclore é para satisfazer cientistas e até mesmo contentar diletantes, mas preferimos defini-lo de maneira diferente, quem sabe até poeticamente, como esta definição com a qual dedicamos o livro Poranduba Paulista aos filhos. Ei-la:

FOLCLORE NACIONAL

*Meus queridos filhos
Marcos, Suzana e Ricardo,
vocês sabem o que é poranduba?*

*Ponham seus ouvidos
no coração do povo.
Estão ouvindo?
São pés catereteando no chão,
membrafônios batidos,
toques de viola, cantos de ciranda,
cochicho de lendas, acalantos,
vozes de crianças repetindo parlendas,
pregões, cantos de trabalho,
mutirões, vivórios,
rezas em cantochão acaipirado,
sussurros de velórios
entremeados de “puías” e adivinhas,
cantorias, bailados e danças,
carreiras de cavalos, cavalhadas,
rendas, fitas, touradas,
São Benedito, Santo Antônio,
São Pedro, São Gonçalo, São João,
festas, festaria, festanças,
for de maracujá,
melão-de-são-caetano,
bambus verdinhos da silva,
bandeirolas de papel de seda*

*amendoim, pipoca,
batata-doce, mandioca,
melado, cará,
rapadura, furumdum, quentão,
guarapa e cachaça – lágrima do canavial,
isso tudo e muito mais,
tudo isso é a nossa poranduba
o folclore nacional!*

“Com a nova vida de pesquisador, de cientista social, de investigador da demopsicologia, de caminheiro de trilhas e caminhos de nossa Pátria, atividade na qual mergulhamos de corpo e alma, afastamos-nos temporariamente do meu Largo do Arouche. Tal não durou muito tempo, mas chegamos a ter saudades deste recanto querido da urbe mais azafamada de todo o Brasil.

“Passaram-se alguns anos. Um dia, onde havia árvores de um jardim cercado por altas grades de ferro, brotou um arranha-céu, o magnífico alfobre para cultivar carinhosamente a Última Flor do Lácio: nasceu a Academia Paulista de Letras, sementeira de idealistas. Brotou então no meu Largo do Arouche um grande edifício, o único que tem porta doirada: é o tesouro de nossa cultura literária. Desde então, cada vez que passávamos pela frente desta porta, de dia ou de noite, do nosso coração partia uma prece ao Criador: Permite, ó Deus, que um dia eu possa pertencer a esta Casa.

“Por vários anos repetimos essa oração. Ela foi ouvida. A 26 de novembro de 1964, fomos eleitos para esta casa, por onde passaram cultores do folclore como Amadeu Amaral e Mário de Andrade, mestres insignes aos quais rendemos nossa homenagem sincera. Ao participarmos da primeira reunião, já eleito, ao adentrarmos nesta casa, ajoelhamo-nos no seu degrau primeiro e elevamos o coração a Deus, agradecendo por ter ouvido nosso grande desejo e nesse dia prelibamos já estes instantes felizes desta noite de posse no mais alto cenáculo de cultura dos chãos de Piratininga.

“Eu e o Largo do Arouche começamos hoje um novo convívio. Agora vimos definitivamente. Há mais de trinta anos rodeando-o, passando, hoje ficamos até que passemos para o lado de lá.

“Precisamos, entretanto, dar ao Largo do Arouche de nossos amores de juventude uma satisfação para dizer-lhe como pode um cinquentão namorar e ficar por largos anos perdido de amores. Pois ficamos. Namoramos a Academia Paulista de Letras silenciosamente por vários anos. Nossa primeira indiscrição foi a de contar ao querido amigo e mestre Alfredo Ellis Júnior. Somente ele sabia de nossos amores. Um dia começou a fazer as revelações públicas e, quando fomos eleitos membro da Academia Rio-Grandense do Norte, saudou-nos, constando em ata seu voto e a esperança de ter-nos ao seu lado nesta casa.

“Conversando com o diletto amigo acadêmico, ele nos ensinou como namorar, como requestar a Academia Paulista de Letras. Sua receita deu certo. Certíssimo. Ei-la: estava prestes a sair o nosso primeiro volume do Folclore Nacional, editado por Francisco Marins, da Editora Melhoramentos. Vindo a lume, passamos a entregar pessoalmente aos ilustres acadêmicos a nossa obra, resultado de vinte anos de pesquisas. O primeiro acadêmico a ser visitado foi o Sr. Presidente Aristeo Seixas. Não fomos à sua magnífica mansão, preferimos procura-lo aqui no Largo do Arouche, tão ligado à nossa vida, aos nossos sonhos.

“Numa tarde ensolarada de maio, portanto o primeiro volume, entramos e, a convite do poeta presidente, sentamo-nos ao seu lado para conversar. Entregamos o livro a Aristeo Seixas. Nossa conversa durou cerca de três horas de delicioso entretenimento espiritual. Ao final do encontro, o Sr. Presidente disse: Moço, candidate-se que terá o meu voto. O que precisa é pedir voto a todos os acadêmicos.

“Promessa em boca de homem honrado é investimento. Era a palavra honrada de Aristeo Seixas. Estávamos mais do que felizes. Ali bem perto de nós estavam as velhas árvores amigas do Largo do Arouche. Não quisemos passar por elas sem nos ter embevecido com a poesia. Pedimos, pois, ao

despedir-nos que o poeta de Por de Sol dissesse aquele maravilhoso soneto Velho, uma das jóias de nossa literatura. E, com voz firme, numa dicção perfeita, declamou:

Velho

*Antes da minha trôpega velhice,
Por onde a força do meu pulso andasse,
Não sei de algema que não se quebrasse,
Não sei de pedra que não se partisse.*

*Vinha-me aos pés o mar, por onde eu o ouvisse,
E temia-me o vento que soprasse;
O próprio monte, que eu subir tentasse,
Baixava o dorso para que eu subisse.*

*E, em mim, só resta a neve dos cabelos.
Fora de mim, a noite com seu luto,
Cheia de espectros e pesadelos.
A árvore mesma, cujo amor assombra,
Suspende as ramas e me esconde o fruto,
Derruba as folhas e me nega a sombra.*

“Saímos, mais felizes do que nunca, para o meu largo do Largo do Arouche. Revimos as árvores antigas. Tínhamos uma esperança nova n’alma. Passamos, então, com ânimo novo, a distribuir o primeiro volume. Logo a seguir, o segundo e, ao entregar o terceiro, tínhamos a certeza de que os senhores acadêmicos eram os primeiros a receber as primícias de nossa obra sobre o folclore nacional. Fomos muito felizes nessa sementeira. A colheita foi generosa e boa. Agradecemos a todos os acadêmicos que nos deram seu voto para que pudéssemos pertencer a esta Academia – o respeitável sílogeu do meu Largo do Arouche.

IMORTALIDADE

“Quem entra para uma Academia de Letras como esta passa a ter o título de Imortal. Essa afirmativa sugere uma interrogação.

“Haverá mesmo imortalidade? Respondemos positivamente e nesta época de materialismo como a que estamos vivendo, em que cosmonautas afirmam não ter visto Deus no cosmo, queremos, como idealista, afirmar: Não temos dúvida. Existe a imortalidade. Assume aspectos muito vários e interessantes. Vamos apontar alguns deles.

“Existe um tipo de imortalidade que se aprecia nas obras que os gênios produziram. Citemos um exemplo – o de Santo Agostinho. Viveu no quinto século de nossa era. Entre nós e ele já decorreram, pois, centenas de anos. No entanto, lendo um dos seus livros, Confissões, por exemplo, podemos aprender com ele e sentir estímulos para o progresso moral que seus escritos entesouram. Temos a impressão de que, em certo sentido, ele vive ainda. O que acontece nesse caso também se verifica com outros escritores geniais. Imortalizam-se nas obras que nos legaram.

“Também há a imortalidade de exemplos. O de Gandhi continua a ser estímulo para a sua pátria e para o mundo. Milhões de pessoas ainda se impressionam com o tipo de conduta que ele, impecavelmente, exemplificou. É vivo ainda, na influência poderosa que exerce na sociedade.

“Nos trabalhos apologéticos modernos, aparece um fator original. Em outras épocas, a tentativa de provar que existe a sobrevivência se baseava em afirmações dogmáticas, de confissões de fé e de credos. As exposições doutrinárias do assunto encaminha-se hoje, de preferência, para a apreciação de

fatos relativos à crença em outra vida. Eis alguns deles:

“Robert H. Lowie, em seu livro Antropologia Cultural, ao estudar a religião dos povos primitivos, nos dá estes informes preciosos: Embora a religião não se encontre essencialmente dentro da esfera de inteligência, implica necessariamente operações intelectuais porque a possessão e o culto dos antepassados implicam na noção de espírito e todos os povos do mundo crêem em uma existência menos material que a dos corpos sólidos. Todos, por exemplo, atribuem ao homem uma alma que sobrevive à morte, que é transparente ou semelhante a uma sombra e amiúde a comparam a um reflexo n’água. Com freqüência crêem que esta alma viaja durante o sono e que pode extraviar-se ou ser capturada pelos inimigos. A fé que estes primitivos têm nos espíritos, que em linguagem técnica se denomina ‘animismo’, não implica no que nossos filósofos e teólogos descrevem como existência imaterial.

“Os ojibwa que viviam ao redor do Lago Superior descreviam com muitos detalhes a viagem da alma ao além e afirmavam que algumas delas morriam por haver comido amoras silvestres que cresciam às margens do caminho, de bela aparência, porém venenosas” (pág. 295).

“O lado de lá preocupava em grau extremo os antigos egípcios e quase nada aos gregos; e embora os ojibwa tenham instruções secretas que fazem menos perigoso o caminho d’alma, os índios Corvo, da América do Norte, não contam com teoria coerente sobre a vida depois da morte, senão que simplesmente aceitam sua continuação.

“Os taitianos suplicam ao defunto que não volte a vista para o mundo, e os índios Corvo, de Montana, diziam: Tu estás morto, não regreses, desejamos-te uma viagem feliz! E dão-lhe uma provisão de objetos necessários para esse fim.

“Os lobi da África Ocidental, além do provimento de víveres que dão aos defuntos, colocam sobre sua tumba conchas (cauries) para que possam pagar seu direito de pedágio ou pagar a passagem para atravessar rios que cruzam e até mesmo para compras póstumas nos caminhos que necessitem fazer.

“Herbert Baldus, nosso mestre de Etnologia, autoridade mundialmente conhecida, em Ensaio de Etnologia Brasileira (pág. 49), escreve: Quando os kaingang de hoje falam da vida do homem depois da morte, usam da palavra portuguesa ‘alma’. Mas essa ‘alma’ tem o mesmo aspecto do indivíduo quando vivo, tendo, de especial, apenas o grito. Não grita como nós ‘huuu’, mas muito mais rápido e certo ‘hup!’ Um velho, depois da morte, torna-se outra vez jovem e vive mais uma vez durante uma vida humana inteira, prazo que, aliás, coincide com o alcance da memória do tempo do índio. Os kaingang crêem, também, na transmigração da alma, tornam-se insetos, formiguinhas etc.”

“Há, afirmava em suas aulas o sábio etnólogo, medo dos que morrem. Os índios acreditam que os grandes pajés continuam vivos para ameaçar a comunidade. Todos os mortos estão com raiva pelo fato não mais poderem viver com os vivos. Nossos índios têm medo e não amor e reverência ao morto. Os kaingang de Palmas, no Paraná, procuram romper o laço que ainda une o morto à comunidade, daí, quanto o milho fica verde e amadurece o pinhão da araucária, entre meados de abril e até junho, realizam o grande baile chamado weingréinyã. Dançam homens e mulheres para que o morto se vá embora.

“Colocam nos túmulos dos homens o arco e a flecha e, nos das mulheres, o fuso e a panela. Com aquela simplicidade de nossos índios, os tapirapê, índio tupi do Brasil Central, disseram ao professor Baldus, ao qual chamavam carinhosamente de dotoi, o seguinte: Se você morrer, será enterrado com o lápis e o livro de notas.

“A religião de todos os povos está hoje muito bem estudada e verifica-se, com abundância de provas, que a crença na sobrevivência é generalizada em todo o mundo. Algumas tribos indígenas colocavam junto aos mortos as armas que usaram em vida, na certeza de que lhes seriam úteis nas lutas do além. Os groenlândios enterravam junto às crianças mortas um cão, para guia-las através do bosque sombrio, que acreditavam existir nos limites da outra vida. Os egípcios punham à disposição do morto,

na sua tumba, uma espécie de mapa das regiões futuras. Os gauleses emprestavam dinheiro aos defuntos, na expectativa de reavê-lo na outra vida. E o faziam com mais esperanças de receber do que nós, quando emprestamos a indivíduos muitos vivos da sociedade atual.

“Os gregos colocavam na boca dos cadáveres uma moeda de prata. Destinava-se ao pagamento da passagem do rio Estígio que, segundo as crenças da época, separavam deste o mundo do além. Os teólogos tiram destes fatos uma prova de sobrevivência. Não se pode explicar esse fenômeno por coincidência ou imitações, porque os povos em que ele se verifica viviam separados por distâncias imensas e não havia entre eles comunicações fáceis. A generalização ampla da mesma idéia, em tais condições, representaria, pois, uma tendência ingênita da alma humana, para crer na eternidade.

“Ora, como esses fenômenos fundamentais da natureza humana obedecem a determinadas finalidades, a que é que se destinaria a referida aspiração, se não existisse uma realidade em que ela se integrasse? Não aceitar, pois, a vida do além, equivaleria a reconhecer que não existe harmonia no plano da natureza, o que os próprios incrédulos não admitem.

“Encaramos agora a sobrevivência à luz de algumas afirmações da psicologia moderna. Ela insiste em afirmar, baseada em experiências impressionantes, conduzidas por alguns especialistas de renome, que a memória humana é absolutamente perfeita. Não parece, mas é. Dão o nome de memória subjetiva a essa que realiza prodígios. Dos milhares de exemplos desse fenômeno, apresentamos apenas um.

*“Coleridge, famoso escritor inglês, em seu livro *Biografias Literárias*, cita o caso de uma jovem analfabeta que, atacada por febre pertinaz, começou a falar latim, grego e hebraico. Sacerdotes e monges declararam tratar-se de um caso de possessão demoníaca. Mas, pesquisas rigorosamente feitas, explicaram o fato. A moça, quando menina, fora empregada de um poliglota, que costumava ler, diariamente, em voz alta, trechos das línguas aí referidas. Foram elas retidas pela memória da moça, embora ela nunca tivesse tido disso a mínima consciência. Bastou a excitação forte, causada pela febre, para que a memória revelasse o seu conteúdo secreto. Os trechos citados pela doente eram idênticos aos que foram encontrados nos velhos livros do erudito lingüista. Esse é apenas um dentre de milhares de casos colecionados por grandes especialistas, para provar que a memória subjetiva é absolutamente perfeita.*

“Ora, essa memória não desempenha papel algum na vida terrena. Como a memória é fator principal para garantir a permanência da personalidade, poderemos aceitar que ela poderá desempenhar papel de relevância em outras condições de vida. Não há nada de ilógico nessa conclusão.

“Há, ainda, outra faculdade que, tendo existência real, não exerce papel apreciável nesta vida. Eis um exemplo: Um menino, em Tamil, Índia, é dotado de capacidade assombrosa de intuição matemática. Representantes do Instituto Educacional do Ceilão tinham preparado uma série de somas complicadíssimas e apresentaram um difícil problema ao pequeno. O menino deu resposta em poucos segundos. Eis uma das questões que ele resolveu: Um chefe deu como recompensa a 173 pessoas uma medida de arroz, que continha 3.431.272 grãos. O chefe estipulou que 17% seriam dados a um templo. Quantos grãos o templo receberia?

“Em três segundos o menino deu a resposta.

“Os que prepararam o problema disseram que ela estava errada. O jovem sacudiu a cabeça negativamente, embora a soma preparada pelos representantes do Departamento lhe fosse apresentada várias vezes. Insistia em declarar que a dele é que estava certa. No dia seguinte, os representantes do Departamento admitiram que o rapaz é que acertara.

“O Times – edição de outubro de 1912 – noticiando o fato diz: Em muitos casos, mal de pronunciava a última palavra da pergunta a resposta já era dada, corretamente.

“Essa faculdade assombrosa não desempenha papel na vida comum. Será demais admitir que sua missão específica será na vida futura?”

“A telepatia é um processo de comunicação que se estabelece fora dos meios normais usados nesta existência. Não será ela o instrumento pelo qual as entidades se relacionam entre si na outra vida?”

“A crença na sobrevivência não é, pois, mera fantasia, mas tem base razoável na própria textura da personalidade.

“A interpretação do ensinamento religioso apresenta problemas dignos de estudo. Max Muller assevera que há um fenômeno psicológico que se chama percepção sensível do infinito. Essa doutrina tem pormenores muitos interessantes, mas seria muito longo expô-los.

“Augusto Comte afirma que a religião partiu do fetichismo. Depois do aparecimento de muitas escolas que tentaram interpretar tal sentimento, surgiu a que se chama Histórico-Cultural. Ela introduziu na apreciação dos fenômenos religiosos um elemento muito significativo e esclarecedor. Ninguém se lembrara de classificar os povos cronologicamente, de acordo com o seu grau de cultura. Os representantes dessa nova escola exigiram que se fizesse tal trabalho. Daí o seu nome: é histórica porque usa métodos históricos; é cultural porque classifica os povos com seu grau de cultura. Será possível fazer tal classificação? Sem dúvida. Há selvagens que não possuem praticamente organização social. Vivem apenas da caça e da pesca e seus instrumentos de lavoura são os mais rudimentares que se conhecem, vivem da catança, por esse motivo foram classificados como os representantes mais primitivos da raça humana.

“Feita essa classificação, alguns sociólogos devem ter sofrido grave desapontamento. Por que é que as tribos classificadas por esse processo, no período mais antigo da civilização, professam o monoteísmo, crêem em um só Deus e no Seu caráter paternal? As noções monoteístas existem entre os mais primitivos povos do mundo, porém, naturalmente, a verdadeira síntese filosófica é a que reúne em um só ser todos os poderes do universo. Sacerdotes polinésios chegaram a alcançar esta idéia. A essência do monoteísmo pode existir, inclusive, entre as tribos mais primitivas, podendo ser acompanhada de outras crenças que às vezes a obscurecem ou não, ser mais que simples ficção devida a uma imaginação poética ou metafísica (pág. 314), é o que afirma o antropólogo Robert H. Lowie.

“Estão nesse caso os iámana, da Terra do Fogo, e os pigmeus, da África e da Ásia. Essa descoberta vibrou golpe muito rude nas asserções dogmáticas, segundo as quais a forma original da religião tem sido o fetichismo ou a magia.

“Infelizmente, ainda há professores que continuam a aceitar esses erros.

“Eis algumas orações feitas pelos iámana:

*Meu Pai, sê generoso para comigo
Meu Pai, concede-me hoje bom tempo
Meu Pai, sê de novo misericordioso*

“Uma longa coleção de súplicas semelhantes foi reproduzida na famosa obra intitulada Storia Della Religione, de Tacchi Venturi.

“É preciso, todavia, confessar que a idéia da sobrevivência entre grande parte do mundo de hoje não se origina dos fatos que estamos apresentando. De onde vem ela? O registro sagrado – Os Evangelhos – afirma que, pregado na cruz, Jesus, com grande brado exclamou: Nas Tuas mãos entrego o meu espírito. (São Lucas, 23:46). Dir-se-ia que, nesse esforço para levantar a voz, fez timbre o Crucificado em que essas palavras, destinadas a iluminar para sempre o problema transcendente da sobrevivência do espírito, fossem por todos ouvidas, sem que as pudesse abafar nem o tumulto daquele momento, nem o vozerio sacrílego dos Seus inimigos.

“Imagine-se que, ao expirar, em vez de palavras que revelassem a certeza absoluta da vida eterna, tivesse Jesus pronunciado expressões de desalento e renegasse as afirmativas solenes que fizera sobre a realidade das glórias do além.

“Não haveria então o cristianismo.

“Não haveria a Igreja. Cessaria a corrente de energia divina que tem trazido o coração empolgado pelo poder da Cruz. Não existiria a civilização cristã. Nesse caso, a história do mundo ter-se-ia transformado por completo. Tudo isso se daria, se no epílogo do drama do Calvário se encontrasse nos lábios de Jesus a negação peremptória das esperanças da imortalidade. Nela é que se firmam as mais fascinantes promessas da religião cristã. Extingui-la seria estancar a fonte do mais doce de todos os refrigérios que a doutrina do Nazareno destila no coração ferido dos homens.

“Há, ainda, um pormenor a sublinhar, que o escritor Reverendo Miguel Rizzo Júnior em seu livro Varão de Dores aponta: Jesus empenhou a Sua palavra de honra na afirmativa de que existe outra vida. Assim é que ele disse: ‘Se assim não fosse, Eu vo-lo teria dito’.

“Poderíamos parafrasear essa afirmativa nestes termos: Vós conheceis o Meu caráter. Sabeis que Eu sempre falei a verdade. Pois é com a responsabilidade que tenho no caso que afirmo que existe outra vida.

“Neste mundo há injustiças escandalosas. Abram os jornais, eles estão eivados dessas injustiças que os desniveis, os desajustamentos diariamente geram.

“Elas não se corrigem na sociedade atual. Se não houver outra vida, na qual as desordens morais do mundo sejam sanadas, a própria existência de um Deus justo e perfeito ficará comprometida. São, pois, muito sérias e poderosas as razões que se tem para crer na sobrevivência. Enfática e convictamente afirmamos: Existe a Imortalidade.

“Eis um exemplo brasileiro de imortalidade na História. Queremos nos referir ao patrono da Cadeira Número Trinta desta Academia – Regente Feijó. Se hoje somos um dos maiores países do mundo, com uma população de 80 milhões de habitantes, e se existe uma unidade espiritual e territorial, devemos a Diogo Antônio Feijó, que soube ser fiel e não permitiu que nosso país se fracionasse em republiquetas raquíticas, embora falando a mesma língua, mas certamente dominados por tiranetes e ditadores. Seu gesto, sua firmeza de caráter deram-lhe a imortalidade – é um dos luminares da Pátria brasileira.

“Queremos, rapidamente, traçar sua biografia.

“Diogo Antônio Feijó, patrono da cadeira número trinta desta Academia. é uma das figuras pinaculares da História Pátria. Em sua época, suscitou ele apaixonados defensores bem como violentos detratores. Ao traçar a nossa louvação ao Regente Feijó, cuidadosamente examinamos seus biógrafos: Eugênio Egas, aliás o primeiro ocupante desta cadeira, meu mui querido professor Alfredo Ellis Júnior, Otávio Tarquínio de Souza, Novelli Júnior e outros. Antes de escrever o panegírico ao nosso patrono, faremos coro a Tarquínio de Souza: O que posso afirmar é que cheguei ao fim do meu trabalho com uma fundada admiração por Feijó.

“Poderíamos dividir sua vida em quatro momentos, como fez Novelli Júnior: místico, em Itu, 1818; político, em Lisboa, 1821; heróico, no Rio, 1831; dramático, em Sorocaba, 1842. Tal não faremos, preferimos destacar as fases de sua vida a começar pelas origens.

“Tal qual o enjeitado das águas do Nilo apanhado pela filha do faraó do Egito e que se tornou o condutor do povo de Deus através do deserto, um dia aparece na porta do Padre Fernando Lopes de Camargo, na Rua da Freira, nesta capital, um enjeitado que foi o guia seguro do povo brasileiro no deserto de dificuldades, atravessou o Mar Vermelho da maledicência, fez brotar água na rocha dos

empedernidos corações dos escravistas. Ao seu redor, sentia-se que à noite havia uma coluna de fogo de seu idealismo a dirigir os destinos da Nação, a iluminar sua luta em prol do que era justo e perfeito. Pela sua dedicação, fez cair o maná do céu para sustentar a unidade da Pátria.

“Moisés era hebreu, Feijó era Camargo. Um Camargo que fazia parte daquele clã que Saint’Hilaire chamou de raça de gigantes.

“Moisés por quarenta anos guardou o segredo de sua ascendência judaica perante os egípcios, viveu no palácio real e Feijó, ainda aos cinquenta anos guardava o segredo de sua origem: sou natural desta cidade, filho de pais incógnitos, de mais de cinquenta anos, quero ser enterrado sem acompanhamento nem ofício, e de loba somente..., desejo que não se realizou. Moisés também do Pisga, no Nebo, só avistou a Terra Prometida. Lá seus pés não pisaram. O filho de Maria Joaquina de Camargo e de seu parente Padre Miguel da Cruz Lima, contrariado em seu desejo de humildade, foi enterrado a 14 de novembro de 1843, embalsamado e revestido de todos os paramentos sacerdotais, na Igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, mais tarde, a 25 de outubro de 1852, trasladado para jazigo perpétuo na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e, graças a D. Duarte Leopoldo e Silva, após a descoberta de seus restos mortais feita pelos nossos confrades do Instituto Histórico e Geográfico desta, deu-lhe o futuro arcebispo de São Paulo sepultura condigna na Catedral Metropolitana, confirmando assim sua admiração por Feijó segundo estas palavras a mais bela figura da Regência, mão de ferro e coração de bronze.

“O ambiente em que viveu levou-o a seguir a carreira eclesiástica.

“O padre João Gonçalves de Lima, seu padrinho, orientou-o piedosamente. Diogo acompanhou-o no seu sacerdócio pelas cidades do serra-acima, Parnaíba e Guaratinguetá. Sua vivência aí muito influenciou o seu falar tipicamente paulista, essa forma saborosa que já vai rareando, mas que em Taubaté ou Botucatu, Tietê ou Itu, Tatuí ou Piracicaba, ainda se pode ouvir o sotaque caipira que despertou a atenção de um Amadeu Amaral ao escrever Dialeto Caipira, consagrado também pelo linguajar de seu grande cultor, o saudoso Cornélio Pires, meu parente e meu patrono no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

“Aos 10 anos de idade, em 1794, foi para casa de sua avó materna, D. Marta de Camargo Lima, ficando em companhia de sua mãe d. Joaquina, onde iniciou estudos das primeiras letras com o mestre-escola André da Silva Gomes. De 1795 a 1798 segue com seu padrinho para Guaratinguetá, onde recebe lições de latim de Manuel Gonçalves Franco. Volta a São Paulo, para o casarão da Rua da Freira e viaja com seu padrinho para Santana de Parnaíba, a terra de Suzana Dias, onde estudou retórica, quando tinha 16 anos de idade, com o professor José Estanislau de Oliveira.

“Em 1804 muda-se para a Vila de São Carlos, a Campinas do Mato Grosso, onde, aguardando a época e idade para iniciar-se nos estudos que o levassem ao sacerdócio, dedica-se ao ensino. Professor Diogo Antônio, sua primeira profissão foi a do magistério. Nunca se esqueceu do ensino. Como deputado, apresentou projeto nesse sentido, não sendo aprovado. Dez anos mais tarde, no Senado, a 31 de maio de 1839, representava-o, criticando o método de ensino. Professor Diogo Antônio o mesmo reformista Senador Feijó. Rejeitado foi pelo Senado esse projeto sobre cursos de universidade por ser complicado e inadmissível.

“Foi o Professor Diogo Antônio um dos precursores da reforma ortográfica. Sua ortografia era fonética por excelência. Segundo afirma o professor Miguel Reale, foi o introdutor do kantismo no Brasil. O kantismo, mesmo sob formas derivadas e imprecisas, logrou alcançar aceitação no ambiente brasileiro antes de nossa independência política, quase como atitude preparatória desta, tão ligada ficaram, desde logo, as idéias do filósofo e as aspirações dos liberais. Kant é um pensador de moldes liberais. Kant fascinou a Diogo Feijó.

“Para suprir a grande falta de livros e compêndios em nosso acanhado meio colonial, Feijó escreveu entre 1818 e 1821, a Súmula de Lógica, Noções Preliminares de Filosofia ou Metafísica e

Filosofia Moral.

“No seu requerimento ao bispo diocesano Dom Mateus de Abreu Pereira, no desejo de entrar para a carreira eclesiástica, menciona sua profissão: professor de gramática latina e portuguesa. Pela segunda vez bate às mesmas portas com novo requerimento. Em 1804 é recebido como subdiácono, permanecendo em São Carlos até 1808. A 25 de fevereiro de 1809 recebeu a ordenação sacerdotal.

“Tinha agora o enfeitado da Rua da Freira um status definitivo na sociedade – era o Padre. Padre virtuosíssimo. Conhecedor como poucos do ambiente em que vivia, procurou um dia a Roma Brasileira, a cidade de Itu, onde pontificava o Padre Jesuíno de Monte Carmelo que, com seus companheiros, no Patrocínio, procurava viver santamente. O Patrocínio foi para Feijó qual a sarça ardente para Moisés. Tirou seus sapatos, pisou na Terra de Santa Cruz e viveu por ela: como padre ensinou os Mandamentos da Lei de Deus e, como deputado e senador, fez leis sábias e ensinou seu cumprimento.

“Feijó foi amigo íntimo dessa figura desmesuradamente grande da época que foi o santista Padre Jesuíno, algo assim como o Aleijadinho em terras de Itu. Jesuíno era, como Feijó, entranhadamente brasileiro, nativista, como se dizia na época. Na pintura da Santa Ceia, Jesuíno, contrariando os cânones correntes, coloca sobre a mesa frutas bem brasileiras e chama-nos a atenção a cor berrante de um naco de melancia. É tentativa bem nativista que Jesuíno imprimiu vigorosamente nessa tela que está em Itu.

“Padre Feijó tinha pessoalmente idéias que não podiam caber dentro de sua época tão acanhada. Tratou apaixonadamente da extinção do celibato clerical como medida saneadora de certos problemas que eram de todos sabido. Ele mesmo era filho de padre. Era Feijó um simples padre de roça que há mais de um século iria abordar prematuramente esse problema, antecipando-se de século e meio ao Papa João XXIII, que em 1960 dirigiu-se com estas palavras ao filósofo católico Etienne Gilson sobre o celibato: Para alguns é um martírio. Sim, uma espécie de martírio. Parece-me, às vezes, ouvir como um gemido, como se muitas vozes estivessem solicitando à Igreja o alívio desta carga. Que posso eu fazer? O celibato clerical não é um dogma. Não é imposto pelas Escrituras. Como seria simples tomarmos da pena, assinarmos um ato, e os padres que desejassem poderiam casar-se. Porém isto é impossível. O celibato é um sacrifício que a Igreja impôs a si própria – livremente, generosamente, heroicamente. (Revista Time, de 28 de agosto de 1964).

“A verdade é que Feijó não advogava em causa própria e assim se expressa Eugênio Egas: Feijó era puríssimo, era a virtude eclesiástica personificada. E esta circunstância, que é a expressão ofuscante da verdade, dá realce, relevo e brilho ao seu liberalismo, à originalidade e à independência da sua vigorosa personalidade. Verdadeiro e grandioso vulto em todas as manifestações do seu talento, de sua vontade ou dos seus sentimentos.

“Não usava batina a não ser para os ofícios religiosos. Hoje é comum encontrarmos os clergyman. Quando a isto seus detratores se referiam, embora naquela época fosse comum padre investido de função pública não a usar, teve esta resposta: Não afeto religião, nem ponho minha glória em passear pelas ruas da cidade de hábito talar. Não sou virtuoso, mas as virtudes que ambiciono são a humildade e a caridade cristã, em que se resolve toda a moral cristã.

“Essa grande conquista que hoje a Igreja tem, de se ler na missa o Evangelho na própria língua do país, como as Escrituras recomendam e que até há pouco só era feito em latim, já o precursor Padre Feijó antecipava e, no Carioca Continental, pleiteou que o Evangelho fosse lido, por ocasião da missa, em língua portuguesa, e em português celebrados todos os atos sacramentais. Razão tem Egas ao afirmar (pág. 44): Não há dúvida que Diogo Antônio Feijó foi um vidente na questão religiosa e que seu cérebro poderoso propôs e pediu, há longos anos, idéias e reformas que agora de novo se pedem, sem que nenhuma referência se façam ao grande paulista, que foi igualmente superior na política e na religião.

“Seus detratores chamam-no de padre protestante, não tanto pelo fato do problema da abolição

do celibato clerical, mas muito mais por causa da tolerância, muito característica dos evangélicos no tocante aos princípios de fé alheios e isso se lê em Eugênio Egas, referindo-se ao respeito a outros credos, coisa rara na época: Esse homem, esse padre, foi sempre um bateador das vanguardas do pensamento. Na sessão de 16 de julho de 1827, quando apresentou a emenda para que as câmaras municipais assistissem a Festa do Corpo de Deus na catedral, ou onde a houvesse, o deputado por São Paulo insistiu para que a emenda não fosse aprovada: ‘Ainda insisto para que não se obrigue, nem ao menos que as câmaras assistam; e lembro-me de uma razão, e é que a Constituição não proíbe que qualquer homem, que tenha outra crença sem ser a católica, possa ser vereador. Por isso, para que obriga-lo a assistir?’

“Antes de João XXIII era bem difícil de se entender num sacerdote tal atitude como a de Feijó, recomendando a seu amigo Barbacena que providenciasse a vinda dos Irmãos Morávios para a catequese dos índios. A vinda dos Morávios dava bem a medida de seu liberalismo, porque são luteranos.

“Foi o status de padre que lhe ensinou a oportunidade de entrar para a política. Feijó foi um político com P maiúsculo.

“Na vila de São Carlos, hoje Campinas, no dealbar de sua vida eclesiástica, adquiriu o sítio Nossa Senhora das Dores, onde iniciou o cultivo de árvores frutíferas, café e principalmente o chá. Plantou cana-de-açúcar e a beneficiava. Novelli Júnior caracteriza esta fase do contato de Feijó com a terra como agricultor e que lhe somará ao caráter apreciável contingente de virtudes, além de fixar-lhe o amor telúrico, ponto de partida do sentimento entranhado que sempre demonstrou pelas coisas brasileiras Esta atividade agrícola argamassou na alma do jovem sacerdote o sentido de independência, altivez, fidelidade, equilíbrio, estabilidade, aperfeiçoando assim seu caráter adamantino. Fundamentou no recôndito de sua alma um profundo sentimento de unidade nacional, porque os homens, em contato maior com a natureza, se tornam mais sensíveis para perceber.

“O Padre Diogo Antônio Feijó, residindo em Itu, egresso do Patrocínio, ingressa de corpo e alma na política pelo colégio eleitoral da comarca. Vai depois para a Junta Eleitoral da Província, onde se procedeu a escolha definitiva dos deputados às Constituintes de Lisboa. Estava o deputado Feijó consagrado pela sua gente paulista.

“Foi nesse momento que, pela primeira vez, se defrontou com José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, a quem atribuía o ranço absolutista. O caipira do serra-acima, na sua simplicidade, sentia-se mal diante do caçara santista, que se vestia pela último figurino da época, era mesmo uma figura imponente e mesmo vaidosa de seu saber de cientista e traquejo social. Houve sempre uma incompreensão entre os Andradas e Feijó. A verdade, porém, é que José Bonifácio e Diogo Feijó eram grandes demais para caberem juntos na mesma era, como afirma Brasil Bandecchi.

“Mandado para Lisboa na Constituinte, teve mais contato com os Andradas. Ali Feijó foi o maior batalhador pela causa da separação. Apenas uma vez se ouviu a sua fala de caipira de Itu, com aquele r característico, na Assembléia Constituinte da Corte. Suas palavras, porém, foram duras; era um liberal convicto e inarredável. Elas precipitaram sua fuga e de mais alguns companheiros para a Inglaterra. Foi, repetindo D. Duarte Leopoldo e Silva, o primeiro brado pela independência do Brasil, em plena corte portuguesa, à própria face de seus ingratos opressores.

“Foi arrojo que bem caracteriza o homem do serra-acima paulista esse de enfrentar peito a peito os colonialistas, clamando pela libertação do Brasil num ambiente tão hostil. Feijó era Camargo, era um jaguaretê quando açulado, bem o afirma Mestre Alfredo Ellis Júnior.

“Surge no cenário político um Homem altivo. Vemo-lo, depois de volta ao Brasil, dirigir-se ao imperador D. Pedro I com altivez. Não se arroja aos seus pés, é um homem de princípios, crê no Direito Constitucional.

“Sua figura é ainda um padrão exemplar para a época atual: era um nativista puro, rebelava-se com o buscar modelo na Inglaterra ou na França. Infelizmente, mania que até hoje existe.

“José Bonifácio, que o achava cheio de filosofias, o tinha atravessado na garganta e não via com bons olhos o caipira alcançando-o e suplantando-o na política; a seu ver, era um perigoso, um sedicioso, um dissimulado, daí ter recomendado ao capitão-mor de Itu que o tivesse sob vigilância por todos os meios ocultos.

“Feijó não se conforma e dirige-se diretamente a D. Pedro I. Afinal, era um deputado que deveria ser vigiado por beleguim?”

“Com a dissolução da Constituinte a 12 de novembro de 1823, as coisas modificaram. Da comarca de Itu partiu uma voz, firma criticando a nova Constituição a ser promulgada a 25 de março de 1824. Os absolutistas estavam derrotados.

“Eleito para a Assembléia Geral, galgou as culminâncias do Parlamento brasileiro, onde defendeu as mais nobres causas, como a reforma do ensino e a abolição do tráfico da escravatura que só cessou quando a Inglaterra o quis, em 1850. Como Ministro da Justiça, a 12 de abril baixa o decreto que regulamentou a lei de 7 de Novembro de 1831 sobre o tráfico de escravos. É um trabalho perfeito para seu tempo e muito revela o empenho de Feijó em proteger os escravos e perseguir os contrabandistas de tão cobiçada mercadoria para aqueles que não sentiam os deveres de humanidade e civilização.

“Na introdução do Código de Tratamento dos Escravos, não é o ministro do império, mas o ministro de Deus que se revela na maneira humana e paternal de tratar o escravo, pondo um paradeiro a tantos atos irregulares que ofendem a moral, desacreditam a nossa civilização e muitas vezes fazem horror à humanidade. Ao opor-se à lei de 1831, propunha sua revogação, mas adotava uma solução: criar escolas normais de agricultura e contratar colonos.

“Feijó não era como o padre da anedota folclórica faça o que eu digo e não faça o que eu faço. Ele dava o exemplo. Em seu testamento deu alforria a seis escravos e é o precursor da lei do ventre-livre.

“O 7 de abril de 1831, preparado pelos liberais, passa para os moderados a Regência Trina. Começam as arruaças na metrópole brasileira, promovidas pelos exaltados que tinham suas costas quentes graças aos capoeiras. Mais uma vez a mocidade é explorada pelos políticos, tanto é assim que os de liberalismo exaltado e nativismo intransigente se unem. É nessa época que aparece um João Batista Queirós, que se dizia amigo de José Bonifácio e pelo seu jornal combateu impiedosamente a Feijó. Das arruaças à indisciplina um passo apenas. Feijó com mão de ferro abafou as manifestações da influência e ingerência dos portugueses nos negócios do Brasil, cortou pela raiz o surto desse liberalismo anárquico-jacobino, porque a 4 de julho assumia o Ministério da Justiça, impondo condições por escrito aos regentes.

“Logo depois da luta, Feijó tem estas palavras que após um século parecem ecoar como se fossem ditas hoje: O povo brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é a tranqüilidade, e que ele não aspira a outra coisa além da Constituição jurada, do gozo dos seus direitos e de suas liberdades.

“O ministro da Justiça e deputado por São Paulo era insone. Os membros da Regência Trina sabiam de que fibra era o caipira paulista. Esse caipira desataviado, que escrevera a D. Pedro I afirmando ser contrário à criação de uma aristocracia, queria monarquia sem aristocracia, sem titulares, monarquia barata e destituída de aparatos supérfluos, pesados e odiosos à Nação. Três aristocratas formavam a Regência. Entretanto, no seu primeiro relatório ele os defendeu: O hábito de obedecer; o temor do retorno do absolutismo; o prestígio do monarca, rodeado de atribuições e de poder, e que parecia escorado por potências fortes, foram, ao meu pensar, a mola que sustentava ainda a ordem social no Brasil. Tudo isso, porém, desapareceu; e tiveram de suceder, na Regência, a um príncipe, cidadãos tirados da sociedade, sem outro prestígio mais do que a probidade e o patriotismo.

“É de seu próprio punho esta afirmativa: Sabiam que eu era sinceramente liberal, inimigo das nobrezas e aristocracias, genuinamente brasileiro nos hábitos, nos costumes, na extrema simplicidade de minha vida.

“Mais uma vez defrontam-se os dois gigantes paulistas: José Bonifácio e Feijó. Este quer a destituição do Andrada da tutoria do menino que viria a ser Pedro II. A proposição de Feijó é vitoriosa na Câmara, porém derrotada no Senado. Feijó demite-se e retira-se para a sua bucólica Itu. No ministério deixou traços de seu caráter bem formado, cujo lema era: O meu objetivo é o bem da Pátria que se não pode dar sem ordem legal. Confirmamos com a reprodução de um trecho de sua carta que no final diz: Sinto não haver feito quanto desejava a bem da minha pátria; mas ao menos fiz o que pude; e muito agradeço a Vossa Majestade Imperial a sincera aprovação que deu sempre aos meus atos. Como cidadão, em qualquer parte do Império, onde me achar, prestarei os serviços que forem compatíveis com as minhas circunstâncias para ajudar o governo de Vossa Majestade Imperial a sustentar a dignidade nacional, a liberdade e a independência de meus compatriotas. Deus guarde a Vossa Majestade Imperial. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1832. De V.M.I, súdito respeitador, Diogo Antônio Feijó.

“Na sua despedida, quando o homem da roça voltou para sua querência, o discurso de um moço da Loja Maçônica tocou-lhe o coração e quando os da Guarda Municipal Permanente por ele organizada prestaram-lhe homenagem, ali estavam dois jovens de seu bem-querer, os filhos do Regente Lima e Silva: Luís Alves (o futuro duque de Caxias) e Francisco Lima e Silva Júnior.

“Tantos e bons serviços prestou ao Rio de Janeiro que foi eleito senador do Império, acumulando, então em 1835, a deputação por São Paulo e a senatoria pelo Rio de Janeiro. Nesse período, Feijó se revela o primeiro municipalista brasileiro com o projeto que criava prefeitos em todas as cidades e vilas de São Paulo.

“Não ficou muito tempo em vilegiatura na sua chácara do Paraíso, aqui na capital. A Pátria o chamou para lhe entregar as rédeas do governo. Foi eleito Regente e sua posse se deu a 12 de Outubro de 1835.

“O enfeitado da Rua da Freira subia à mais alta curul brasileira – era o Regente Diogo Antônio Feijó. Seu manifesto à Nação é documento inçado de boas intenções: respeitar religiosamente a Constituição e as leis, escolher os empregados públicos segundo a sua probidade e aptidão, imprimir à administração um caráter de probidade, sustentar a religião do país, respeitando a liberdade de consciência, evitar a impunidade pelo cumprimento inflexível da lei, reorganizar o Exército e a Marinha, arrecadar com escrúpulo as rendas públicas, manter as melhores relações com todos os povos, ressaltada sempre a dignidade da Nação, estimular a agricultura e, com a introdução de colonos, tornar desnecessário o trabalho servil, fazer a monarquia constitucional cada vez mais digna de amor e veneração.

“Sustentou lutas intensas nesse período o homem próprio para os tempos de revolução. É homem capaz de aterrar os facciosos que nos querem envolver nos horrores da anarquia.

“Sustentou, agora contra antigos amigos, uma luta terrível. Só o grande Evaristo da Veiga ainda não o havia abandonado. Havia entre eles a fraternidade maçônica. O combativo jornalista da Aurora Fluminense teve com ele um desentendimento: por esse motivo veio a falecer, oito dias após. Feijó estava sozinho.

“As trevas caíam densas sobre a Nação. Ele poderia dar golpe de Estado, fechar a Assembléia e o Senado hostis. Poderia deixar que Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba se separassem, que o Pará convulso se tornasse uma republiqueta tropical, ele poderia ficar com o Sul, mandaria o Infante para outro país e dominaria. Não, jamais Feijó faria tal. De 1821 em diante entrega sua vida à Nação. Os seus feitos pertencem à História, os seus exemplos são imortais.

“Luta e não permite o fracionamento da Pátria brasileira em republiquetas. Seria o vil separatismo. Poderia ter dado o golpe de Estado, não quis. A 19 de Setembro de 1837 renuncia, passando a Regência às mãos do pernambucano Pedro de Araújo Lima. Volta aos seus pagos tão queridos, já com a saúde combalida. Pressentindo morte próxima, dá testemunho de verdadeiro cristão porque ele conhecia o que está na Bíblia Sagrada: Ai daquele por onde vem o escândalo e, então, para

não escandalizar, faz, a 18 de julho de 1838, a seguinte declaração: Tendo eu escrito alguma coisa sobre diferentes pontos de disciplina eclesiástica, havendo também pronunciado alguns discursos na Câmara dos Srs. Deputados sobre o mesmo objeto, ainda que esteja convencido da mesma doutrina e tudo fizesse persuadido que zelava da mesma Igreja Católica, de quem sou filho e ministro, e que atentava a bem da salvação dos fiéis; contudo, constando-me que algumas pessoas estranharam não só as minhas opiniões, como algumas expressões pouco decorosas à mesma Igreja e ao seu chefe; não querendo eu em nada separar-me da Igreja Católica e ainda menos escandalizar a pessoa alguma; por esta declaração revogo e me desdigo de tudo quanto pudesse direta ou indiretamente ofender a disciplina eclesiástica, que a mesma Igreja julgar ser conservada ou a pessoa alguma. Esta minha declaração é espontânea, filha unicamente do receio de haver errado, apesar das minhas boas intenções; e é tanto desinteressada que, há pouco, acabei de declarar ao governo de S.M.I. que eu nunca aceitei a nomeação de bispo de Mariana, nem a carta da apresentação que então se me quis entregar. Deus queira que, se algum escândalo hei dado por causa de tais discussões e escritos, cesse ele com esta minha ingênua declaração.

“Felizmente sua saúde foi restabelecida e voltou ao Senado, sendo eleito seu presidente a 24 de abril de 1839. Regressa em 1840 para sua propriedade rural e, já doente, pediu pensão à Assembléia Geral Legislativa. Como era comum na época, a pensão lhe foi dada.

“Em 1841, quando da coroação de D. Pedro II, que o Clube da Maioridade antecipou para essa data, Feijó, hemiplégico, seguiu para a Corte e raramente comparecia ao Senado. Quase sem poder andar, foi beijar a mão do Imperador D. Pedro II. Em Agosto regressa para a província, para a vila de São Carlos, onde quis permanecer isolado. Mas não foi possível.

“Entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro uma trama era urdida. O estopim foi a demissão de Rafael Tobias de Aguiar da presidência da província de São Paulo. Sorocaba é o berço da revolução, que estoura a 17 de maio. A arma que o paralítico empunhou leoninamente foi a pena, o jornalismo. Feijó foi um jornalista combativo, sabia esgrimir com a pena.

“A revolução de 1842 é sufocada por Luís Alves de Lima e Silva, seu antigo subordinado. Todos fugiram, menos Feijó. O general vitorioso não lhe aplicou castigo. Diogo Antônio Feijó não era apenas o seu antigo superior, era irmão na Maçonaria. Entre eles havia uma fraternidade que seria respeitada sob juramento, ela foi feita sob as colunas, eram irmãos maçons, embora Feijó já tivesse deixado de freqüentar as sociedades secretas. Na Maçonaria atingiu altos graus, mas a dissensão com outro maçom, José Bonifácio de Andrada e Silva, levou-o a adormecer no Grande Oriente Maçônico.

“Sob custódia, é levado de Santos para Vitória. Já muito doente, de Vitória segue para o Rio de Janeiro e regressa a São Paulo, ao casarão da Rua da Freira, onde nasceu, e aí faleceu.

“Feijó vive. Vive nas páginas da História da Pátria! Nós nos orgulhamos de ter por patrono um paulista velho da cepa dos Camargos – o imortal Diogo Antônio Feijó.

“Ao ser constituída a Academia Paulista de Letras, a cadeira número trinta foi fundada por Eugênio de Andrada Egas.

“É-nos grato traçar rapidamente a biografia de Eugênio Egas porque, por uma feliz coincidência, tentamos em 1959 escrever algumas achegas à sua preciosíssima Galeria dos Presidentes de São Paulo. Tivemos o ensejo de publicar estudos sobre os Presidentes Carlos de Campos, Júlio Prestes de Albuquerque e Heitor Teixeira Penteado. Daí termos, por inspiração da obra de Egas, escrito nosso pequeno estudo sobre a história administrativa bandeirante, Chefes de Governo Paulista, publicado em 1960 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

“Eugênio Egas nasceu a 15 de maio de 1863 em Iguape. Realizou seu curso preparatório no antigo Colégio Ipiranga. Em 1880 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, por ali bacharelando-se. Foi residir em São Carlos do Pinhal e, como republicano, começou a propaganda da República com o jornal que fundou juntamente com outros idealistas, Oitavo Distrito. Foi promotor público, vereador e intendente municipal. Seu prestígio era grande, elegeu-se deputado estadual de 1895

a 1903. Posteriormente exerceu a função de fiscal federal junto a estabelecimentos de ensino secundário.

“Participou das comissões organizadoras e reorganizadoras do Arquivo Público e do Tesouro do Estado. Foi um dos representantes do Brasil na Exposição Internacional de Turim. Esteve em Portugal, Espanha, França e Itália para estudar a organização penitenciária. Foi, até aposentar-se, Diretor do Patronato Agrícola do Estado de São Paulo, de 1912 a 1931.

“Egas era um incansável pesquisador de documentos de nossa história. Em 1922 representou o governo paulista no Congresso de História do Rio de Janeiro.

“Jornalista de escol, foi redator-secretário de O Estado de S.Paulo. Colaborou em várias revistas, sendo assíduo no do Instituto Histórico e na de nossa Academia. Membro de várias instituições históricas do país e do estrangeiro.

“Sua vasta bibliografia tem início em 1898 e seu último livro publicado data de 1942. Louvamos em Luís Correia de Melo no seu precioso Dicionário dos Autores Paulistas para relacionar suas obras.

“Roberto Moreira sucedeu-o na cadeira.

“Naquela época os estatutos da Academia permitiam a sucessão sem ter o membro efetivo falecido. E o brilhante orador e prestigioso político que, quando moço, escrevera muito contra a Academia, passou a ocupar a cadeira número trinta.

“Roberto dos Santos Moreira nasceu a 7 de março de 1887, em Casa Branca, e faleceu a 27 de agosto de 1964, nesta capital.

“Fixou residência em São Paulo, fazendo seus estudos primários no Colégio Stafford, os secundários no Colégio Diocesano e Instituto Ciências e Letras. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelado-se em 1911. Quando acadêmico de Direito, redigiu o periódico O Condor e A Revista, órgão da Academia.

“Em 1908, por ocasião da visita de Olavo Bilac à Faculdade, foi Roberto Moreira incumbido de saudá-lo. Nasce daí grande amizade entre o vate e o diseur paulista.

“Os estudantes de Coimbra enviaram para o Brasil dois cedros de Bussaco que foram plantados em 1910 no Jardim da Luz. Nessa cerimônia falou o jovem acadêmico, então uma risonha promessa na oratória, arte que o consagrou e pela qual entrou mais tarde para a Academia Paulista de Letras.

“Bacharelado-se pelas Arcadas do Largo de São Francisco, ocupou a Promotoria Pública nesta capital, a qual abandonou pela política.

“Foi íntimo de Bilac, Lobato, Plínio Barreto, Amadeu Amaral e Júlio Mesquita, tendo por este uma afeição filial. Colaborou em O Estado de S.Paulo e na edição vespertina conhecida por Estadinho. Escreveu para várias revistas, destacando-se Cigarra e Vida Moderna. Com Amadeu Amaral e Simões Pinto fundou a revista Farpa.

“Em 1922 foi eleito pela primeira vez deputado ao Congresso Estadual. Alguns anos mais tarde, a conselho de Júlio Mesquita, aceitou o convite de Carlos de Campos para ocupar a chefia de Polícia do governo de São Paulo. Como chefe de Polícia agiu com inteligência quando da Revolução de 1924, evitando graves entrechoques entre as duas correntes políticas que então se defrontavam neste Estado. Em 1929 foi eleito deputado federal, demonstrando na Câmara dos Deputados a sua inteligência, a sua cultura e o seu tato político. Pertenceu, na Câmara, à Comissão de Instrução Pública, na qual deu pareceres de alto valor. A queda da Primeira República levou-o ao desterro por pouco tempo, pois que logo estava de volta, tornando-se figura de destaque na Revolução Constitucionalista de 1932. O governador Armando de Sales Oliveira teve em Roberto Moreira um esclarecido colaborador. A seguir, foi eleito para

a Constituinte de 1934.

“Foi membro destacado do Partido Republicano Paulista, pelo qual se elegeu.

“Muito jovem, entrou para a política, onde revelou com toda a pujança o seu talento versátil, possuidor de invejável dialética que o fez galgar a carreira parlamentar. Valia a pena ouvi-lo. Sabia arrebatar com sua palavra eloqüente e elegante. Tinha o verdadeiro dom da oratória, seus discursos eram peças notáveis que ficavam cantando nos ouvidos da assistência. Suas orações eram ciceronianas, uma torrente de palavras, sinfonia verbal.

“Sua memória prodigiosa era exuberante ao proferir uma conferência literária, reproduzindo com inaudita fidelidade poesias de autores pátrios e portugueses.

“Em 1932 dois eram os gigantes da oratória: Roberto Moreira e Ibrahim Nobre. Eles foram os Crisóstomos da Causa Constitucionalista.

“Quando se deu o golpe de 10 de novembro de 1937, deixou a política em caráter definitivo para dedicar-se às atividades econômicas. Ocupou altas funções na Rhodia Brasileira e no Banco Francês-Brasileiro. Foi diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

“De sua bibliografia desçamos o livro de versos Estuário.

“Não tivemos o privilégio de privar com Roberto Moreira. Queremos, entretanto, finalizar nossa biografia com as palavras de saudades escritas por um cronista de A Gazeta que, escrevendo em Bilhetes do Rio, depois de focalizar vários traços de sua personalidade, aponta o de amigo: E o amigo? Quem foi amigo seu não esquecerá nunca as supremas delicadezas de seu coração, os transbordamentos de sua alma lírica, as finuras do seu trato, enfim, a excelsa personalidade desse grande Roberto, cujo desaparecimento deixa os paulistas, sem exceção, pesarosos e tristes – e reconhecidos para sempre a quem soube, realizando em plenitude o seu destino de homem, dignificar e engrandecer sua terra, que ele amou com fervores de apaixonado.

“Seremos recebidos, nesta Casa, pelo acadêmico José Carlos de Ataliba Nogueira, o querido mestre das Arcadas, de quem bebemos, a par de tantas gerações de estudantes, que tiveram o privilégio de havê-lo como professor, as mais belas e profundas lições de Direito Público e Constitucional. Se se pode atribuir ao vetusto casarão do Largo de São Francisco o título incontestado de relicário das tradições paulistas, não menos justo será conceder a um de seus mais lídimos luminares a láurea de Mestre Emérito daquele sodalício. Presente na vida pública da Nação, tendo marcado com sua contribuição alguns momentos excepcionais da evolução política destes Brasis; apóstolo da palavra sábia, onde os valores mais puros da condição humana são cultivados e ensinados; chefe de família a que outros se podem igualar, sem contudo jamais supera-lo na doação de afeto, de respeito e de responsabilidade; escritor de apurado gosto, que enriqueceu a bibliografia, não apenas a jurídica de nossa língua, mas também aquela que, feita para os deleites do espírito e o encanto da inteligência, marcou ponto alto na literatura, a cujo culto esta Casa se vota e consagra. Eis em síntese o mestre, o intelectual e o professor, que nesta hora assinala a mais legítima alegria de nossa vida, ao receber-nos, como nos recebe, no seio deste cenáculo de consagração e imortalidade.

“Falei-vos, antes, de árvores! Tornemos ao tema, sempre inspirador e cativante, para rememorar, neste passo, a árvore secular a que pertencemos: a frondosa genealogia dos Nogueiras, cujas raízes estão em Baependi e Três Corações do Rio Verde, quando ainda parte integrante da setecentista Capitania de São Paulo. Ela foi frutuosa para com este país, onde lançou fundos e vigorosos rizomas, e disso temos prova neste florão admirável que é José Carlos de Ataliba Nogueira, a quem agradecemos comovidos a honra de haver aceito o convite para apadrinhar o ato, que marca a iniciação deste modesto imortal nas altitudes da Imortalidade, deste caipira piracicabano que tem por lema De bandeirantes e tropeiros venho.

“Tenho dito.”